



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

208
P

ED na Ap Nº: 0310178-2
EMBARGANTE: Hideraldo de Souza e Outros
EMBARGADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÕES, OBSCURIDADE E/OU CONTRADIÇÃO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. As questões debatidas foram devidamente analisadas, inexistindo as omissões, obscuridade e/ou contradição apontadas, sendo certo que o *decisum* em tela assenta-se em fundamentos suficientes. 2. Com efeito, não prospera a tese dos embargantes de que a LCE nº 32/01 teria consolidado o soldo pago em desconformidade ao Vencimento Básico de Referência, tendo em vista que o referido diploma complementar estipulou os soldos dos “Soldados de 1ª, 2ª e 3ª Classes” em valores superiores ao VBR, conforme se observa dos seus anexos I-A e II-A. 3. De outra parte, não merece guarida a tese de que o soldo pago em valor inferior ao VBR provocaria *ad eternum* distorções na remuneração da categoria, sob o argumento de que as gratificações e demais vantagens do cargo eram pagas atreladas aos respectivos soldos (e serviram de base de cálculo para os aumentos posteriores). 4. Isso porque a Lei Complementar nº 32/01 expressamente proibiu a vinculação de quaisquer vantagens, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo, em observância à vedação constitucional de vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias (*ex vi* do art. 37, XIII, da CF), pelo que as gratificações passaram a corresponder a valores nominais referentes ao mês de março de 2001, sem provocar, portanto, qualquer decréscimo no valor global da remuneração percebida pelos militares. 5. Nesse panorama, não se vislumbra a alegada violação ao art. 5º, XXXVI, e ao art. 37, XV, da Constituição Federal de 1988. 6. Verifica-se, de resto, que as razões recursais em verdade denotam o inconformismo dos embargantes com a decisão recorrida, corporificando pretensão de reexame da causa, propósito a que não se presta a via aclaratória. 7. Embargos conhecidos, porém improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0310178-2, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em conhecer dos aclaratórios, porém negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 26 de setembro de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

209

ED na Ap Nº: 0310178-2
EMBARGANTE: Hideraldo de Souza e Outros
EMBARGADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos por Hideraldo de Souza e Outros em face de acórdão que **negou provimento** à **apelação cível** por eles interposta, em ordem a reconhecer a prescrição das diferenças de remuneração concernentes ao período antecedente à LCE nº 32/2001, e a improcedência do pedido em relação às parcelas posteriores àquele diploma legal.

Arguem os embargantes, em suma, que o acórdão embargado seria omissso, obscuro e contraditório ao reconhecer a lesão ao direito dos embargantes, consistente no pagamento dos seus soldos em valores inferiores ao *Vencimento Básico de Referência (VBR)*, porém não considerar que a Lei Complementar nº 32 manteve o vencimento-base e as vantagens (até então atreladas ao soldo) em valores inferiores aos já devidos, resultando em violação aos princípios da irredutibilidade de vencimentos e do direito adquirido.

Averbam a existência de omissão em relação à ausência de declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 2º, da LC 32/01, *“na parte que se refere às tabelas de gratificações que lhe constituem os Anexos I-B à I-F, que estabelecem, para as gratificações permanentes, valores inferiores aos já devidos em março”*.

Sustentam, enfim, que há contradição e obscuridade na decisão embargada, posto que, com o advento da LC nº 32/2001, foram pagos aos embargantes vencimentos inferiores aos valores já devidos, o que continuaria a produzir efeitos a cada pagamento incorreto, nos termos da Súmula 85 do STJ.

É o essencial a relatar.

Eis o teor do acórdão ora embargado:

“EMENTA: ADMINISTRATIVO. POLICIAIS MILITARES. SOLDOS INFERIORES AO VENCIMENTO BÁSICO DE REFERÊNCIA (VBR). INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 11 E 12 DA LEI Nº 11.216/95. LCE Nº 32/01. NOVO REGIME REMUNERATÓRIO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS DO PERÍODO DE MAIO DE 1995 A MARÇO DE 2001. AÇÃO AJUIZADA EM 2009. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APELO IMPROVIDO. 1. Sustentam os autores/apelantes, em suma, que, por força da não-aplicação, ao longo do tempo, a título de *soldo*, do VBR de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) previsto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 11.216/95, as suas respectivas remunerações (considerado o soldo e as vantagens incidentes sobre o soldo estipulados conforme a tabela de escalonamento vertical prevista na Lei nº 10.426/90 e LCE nº 16/95) estariam sendo calculadas e pagas *a menor*. 2. A partir dessa linha de raciocínio, pretendem os autores/apelantes sustentar que as suas remunerações *sofrieriam o efeito reflexo da não aplicação do VBR de R\$ 130,00*, mesmo após a edição da Lei Complementar Estadual nº 32/2001. 3. Todavia, de acordo com o art. 2º da LC nº 32/2001, os *soldos* de todas as patentes policiais militares foram fixados em *valores nominais*, não mais



210
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

havendo que se cogitar, portanto, dali por diante, de aplicação de *tabelas de escalonamento vertical*, seja em caráter *descendente* (a partir do soldo de Coronel), seja em caráter *ascendente* (a partir do valor do VBR). 4. Assim, com o advento da LCE nº 32/2001, restou estabelecida nova fórmula de cálculo da remuneração dos policiais militares do Estado - fixando em valor nominal o soldo de todas as patentes (art. 2º, *caput*) e vedando a vinculação de quaisquer vantagens ao soldo. 5. Via de consequência, os efeitos jurídicos da Lei nº 11.216/95, no tocante à aplicação do valor do VBR como “pisso” de soldo (para fins de apuração de eventuais diferenças de remuneração pagas a menor a policiais militares), *têm como limite temporal a edição daquele diploma legal* (a LCE 32/2001). 6. Logo, as diferenças pagas a menor em razão da não-aplicação da Lei Estadual nº 11.216/95 estão compreendidas no período de *maio de 1995 a março de 2001*. 7. Sucede que, no que diz respeito às diferenças remuneratórias alusivas a esse período (maio de 1995 a março de 2001), é de rigor reconhecer a incidência da prescrição quinquenal, com esteio no art. 1º do Decreto nº 20.910/32, visto que a ação em tela foi proposta em *março de 2009* (fls. 01). 8. Por outro lado, uma vez que os soldos militares foram fixados, em valores nominais, pela LCE nº 32/2001 (todos em montante superior aos R\$ 130,00 a que se referia a Lei nº 11.216/95), *exsurge clara a improcedência do pedido* relativo a supostas diferenças remuneratórias devidas *dali por diante* - isso por força da consagrada *inexistência de direito à manutenção de regime jurídico ou à forma de cálculo de vantagens remuneratórias*. 9. Apelação cível improvida, à unanimidade”.

Conforme visto, resta patente a apreciação e aplicação do direito à espécie, nos termos da decisão recorrida, cuja fundamentação é clara e suficiente.

Deveras, as questões debatidas foram devidamente analisadas, inexistindo as omissões, contradição e obscuridade apontadas, sendo certo, ademais, que o *decisum* em tela assenta-se em fundamentos suficientes.

Com efeito, não prospera a tese dos embargantes de que a LCE nº 32/01 teria consolidado o soldo pago em desconformidade ao Vencimento Básico de Referência, tendo em vista que o referido diploma complementar estipulou os soldos dos “Soldados de 1ª, 2ª e 3ª Classes” **em valores superiores** ao VBR, conforme se observa dos seus anexos I-A e II-A.

De outra parte, não merece guarida a tese de que o soldo pago em valor inferior ao VBR provocaria *ad eternum* distorções na remuneração da categoria, sob o argumento de que as gratificações e demais vantagens do cargo eram pagas atreladas aos respectivos soldos (e serviram de base de cálculo para os aumentos posteriores).

Isso porque a LC nº 32/01 expressamente **proibiu** a vinculação de quaisquer vantagens, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo, em observância à **vedação constitucional de vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias** (ex vi do art. 37, XIII, da CF/88), pelo que as gratificações passaram a corresponder a valores nominais referentes ao mês de março de 2001, sem provocar, portanto, qualquer decréscimo no valor global da remuneração percebida pelos militares.

Nesse panorama, não se vislumbra a alegada violação ao art. 5º, XXXVI e 37, XV, da Constituição Federal de 1988.

CM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

233
AP

Verifica-se, de resto, que as razões recursais, em verdade, denotam o inconformismo dos embargantes com a decisão recorrida, corporificando **pretensão de reexame da causa**, propósito a que não se presta a via aclaratória.

Com esses fundamentos, conheço dos presentes embargos, porém **nego-lhes provimento**.

É o voto.

Recife, 26 de setembro de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator